



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANA MARIA DOS SANTOS GONÇALVES

**SUPERVISÃO EM TERAPIA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL E
HABILIDADES SOCIAIS DO TERAPEUTA: O ESTADO DA QUESTÃO**

Juazeiro do Norte
2020

ANA MARIA DOS SANTOS GONÇALVES

**SUPERVISÃO EM TERAPIA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL E
HABILIDADES SOCIAIS DO TERAPEUTA: O ESTADO DA QUESTÃO**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para a obtenção do grau de bacharelado em Psicologia.

Juazeiro do Norte
2020

ANA MARIA DOS SANTOS GONÇALVES

**SUPERVISÃO EM TERAPIA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL E
HABILIDADES SOCIAIS DO TERAPEUTA: O ESTADO DA QUESTÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para obtenção de grau de Bacharelado em Psicologia.

Aprovado em: 14/12/2020

BANCA EXAMINADORA

Esp. Marcos Teles do Nascimento
Orientador

Me. Flaviane Cristine Troglio da Silva
Avaliadora

Dra. Clarissa de Pontes Vieira Nogueira
Avaliadora

SUPERVISÃO EM TERAPIA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL E HABILIDADES SOCIAIS DO TERAPEUTA: O ESTADO DA QUESTÃO

Ana Maria dos Santos Gonçalves¹
Marcos Teles do Nascimento²

RESUMO

Qualquer relação e contato entre pessoas, inevitavelmente, será permeado pelo uso de habilidades, estas necessárias para que a convivência seja satisfatória aos envolvidos nessa interação. Nisso, essas habilidades foram chamadas de habilidades sociais – HS. Um contexto que se observou requerente dessas habilidades foi o da supervisão em terapia. A supervisão durante a graduação, se destaca como um processo de interação e aprendizagens entre um terapeuta formado e experiente e um terapeuta graduando em Psicologia, que está em sua formação de prática clínica. Ao se partir desse entendimento na abordagem clínica da TAC – Terapia Analítico-Comportamental, esse trabalho objetivou compreender qual o impacto da supervisão nas habilidades sociais do estagiário supervisionado. Essa análise foi realizada por intermédio da metodologia do Estado da Questão, que se direciona a uma investigação que responda ao estado da questão atual no tema pesquisado, realizando rigoroso e seletivo registro dos textos científicos encontrados na literatura (NÓBREGA-THERRIEN; THERRIEN, 2004). Nessa investigação, se buscou identificar na literatura os pré-requisitos do terapeuta analítico-comportamental, com suas aproximações teórico-práticas das habilidades sociais e a terapia analítico-comportamental, assim como, o papel da supervisão e seus efeitos nas habilidades sociais e terapêuticas do terapeuta analítico-comportamental supervisionado. No que se buscou um fechamento da análise proposta, com o Estado da Questão do impacto da supervisão nas habilidades sociais do terapeuta em formação. Como resultados de análise do Estado da Questão, se encontrou que estas habilidades sociais atravessarão necessariamente essa relação de supervisão e terapeuta aluno. O que, colocou o contexto da supervisão em um espaço propício ao aprimoramento de habilidades sociais. No que, o terapeuta em formação, trará consigo suas habilidades já condicionadas e aprendidas nos seus repertórios comportamentais, e que serão agregadas, modeladas adequadamente a outras novas e necessárias à sua atuação ética, humana e profissional no seu ofertar de psicoterapia ao seu cliente. Se destacou ainda, uma lacuna em práticas aplicadas e consolidadas de treinamento de habilidades sociais de terapeutas analíticos-comportamentais. Esta pesquisa, encontrou estudos apenas dentro da FAP – Psicoterapia Analítico Funcional com direcionamentos para isso. O que aqui também, se ponderou não se colocar como regra ou delineamento único, cabendo mais pesquisas aprofundadas nesse assunto. No mais, se destacou que a supervisão deveria proporcionar ao terapeuta aluno aquilo que ele vai ofertar ao seu cliente em sessão: ambiente para mudança comportamental do cliente, que passa pela mudança comportamental em aquisição de habilidades terapêuticas do terapeuta em supervisão. Ou seja, trabalhar habilidades que podem ser vistas como desencadeadoras de sofrimentos em qualquer pessoa em terapia, se necessitaria trabalhar as habilidades de todos os envolvidos nesse processo.

Palavras-chave: habilidades sociais. habilidades terapêuticas. supervisão. terapia analítico-comportamental. terapeuta em formação.

¹Concluinte do curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO. E-mail: aninhasantos8888@gmail.com

²Orientador- Professor Especialista do curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO. E-mail: marcosteles@leaosampaio.edu.br

ABSTRACT

Any relationship and contact between people will inevitably be permeated by the use of skills, which are necessary for the coexistence to be satisfactory to those involved in this interaction. In this, these skills were called social skills - HS. One context that observed a demand for these skills was that of supervision in therapy. Supervision during graduation, stands out as a process of interaction and learning between a trained and experienced therapist and a therapist graduating in Psychology, who is in his clinical practice training. Departing from this understanding in the clinical approach of TAC - Analytical-Behavioral Therapy, this study aimed to understand the impact of supervision on the social skills of the supervised intern. This analysis was carried out using the State of the Question methodology, which is directed to an investigation that responds to the state of the current question in the researched theme, performing a rigorous and selective record of the scientific texts found in the literature ((NÓBREGA-THERRIEN; THERRIEN, 2004). In this investigation, we sought to identify in the literature the prerequisites of the behavioral analytic therapist, with their theoretical-practical approaches to social skills and behavioral analytical therapy, as well as the role of supervision and its effects on the social and therapeutic skills of the supervised analytical-behavioral therapist. In what sought to close the proposed analysis, with the State of the Question of the impact of supervision on the social skills of the therapist in training. As a result of the analysis of the State of the Question, it was found that these social skills will necessarily cross this relationship of supervision and student therapist. What, placed the context of supervision in a space conducive to the improvement of social skills. In that, the therapist in training, will bring with him his already conditioned and learned skills in his behavioral repertoires, and that will be added, appropriately modeled to other new and necessary to his ethical, human and professional performance in his offering of psychotherapy to his client. A gap in applied and consolidated practices for training social skills of behavioral analytic therapists was also highlighted. This research, found studies only within the FAP - Functional Analytical Psychotherapy with directions for this. What here, too, was considered not to be placed as a rule or a single design, leaving more in-depth research on this subject. In addition, it was emphasized that supervision should provide the student therapist with what he will offer to his client in session: environment for the client's behavioral change, which includes behavioral change in the acquisition of therapeutic skills by the supervising therapist. That is, to work skills that can be seen as triggering suffering in anyone in therapy, if it would be necessary to work on the skills of everyone involved in this process.

Keywords: social skills. therapeutic skills. supervision. behavioral analytic therapy. therapist in training.

1 INTRODUÇÃO

A supervisão durante a graduação, se perfaz em um processo de interação e aprendizagens entre um terapeuta formado e experiente e um terapeuta graduando em Psicologia, que está em sua formação de prática clínica. O que, trará consigo uma terceira pessoa incluída, que é o cliente atendido pelo terapeuta em formação. Com o destaque de que esta pessoa (o cliente), será quem receberá o bônus e/ou ônus dessa interação da supervisão. Disto, suscitou a relevância de se buscar compreender os aspectos envolvidos nessas relações,

como também, possibilitou vislumbrar e descrever como se daria a formação de terapeutas competentes, éticos e comprometidos com sua atuação profissional.

Dentre os diversificados aportes teórico-práticos em terapia e suas respectivas práticas de supervisão, se tem a Terapia Analítico-Comportamental. Nessa perspectiva, a supervisão ganha o caráter de desenvolver e ampliar as habilidades do terapeuta em formação, como ainda, vai agir como ambiente reforçador de seu comportamento de escuta e de relatar e realizar formulação analítica de seus atendimentos. Com isso, a supervisão vai possibilitar a ele cada vez mais acesso às suas contingências reforçadoras.

Compreende-se assim, que no buscar ampliar repertório em uma solidificação profissional, coloca-se em âmbitos de ajustamentos, adaptações e descobertas. No que, foi na experiência da prática da Psicologia em estágio clínico supervisionado na abordagem analítico-comportamental, e a partir dessa escolha paradigmática de visão de ser humano, como aquele que emite comportamentos no ambiente, que despontou o direcionamento da possibilidade de execução dessa pesquisa.

Porquanto, em decorrência do contato com os pressupostos teóricos e práticos analíticos-comportamentais, surgiu a oportunidade de levantar questionamentos sobre a prática clínica vivenciada como terapeuta em formação na graduação de Psicologia. Assim como, pensar sobre quais contribuições poderiam ser agregadas na Ciência do Comportamento, a partir de uma análise de Estado da Questão. Em consequência de se tentar solidificar isso, foi proposto esse trabalho a fim de contribuir nas discriminações comportamentais dos terapeutas em formação. Assim como, entender de que maneiras seus comportamentos podem ser afetados pela supervisão clínica.

Assim sendo, dessas reflexões emergiu a questão problema a responder: qual o impacto da supervisão em terapia analítico-comportamental nas habilidades sociais do estagiário? No intuito de encontrar respostas, foi definido como objetivo geral nessa pesquisa, compreender o impacto da supervisão em terapia analítico-comportamental nas habilidades sociais do estagiário supervisionado.

Para alcançar esse intento, foram delineados os objetivos específicos, de investigar os aspectos dos comportamentos de supervisão em terapia comportamental, e os tatos do estagiário em supervisão, para depois poder articular os comportamentos requisitos na prática da terapia analítico-comportamental, com as habilidades sociais requeridas do supervisionando. Como ainda, analisar os possíveis impactos da supervisão no repertório de habilidades sociais desse terapeuta em formação.

Ademais, a explanação e exploração da temática, se deram partindo de uma identificação na literatura dos pré-requisitos do terapeuta analítico-comportamental, com as aproximações teórico-práticas das habilidades sociais e a terapia analítico-comportamental, assim como, o papel da supervisão e seus efeitos nas habilidades sociais e terapêuticas do terapeuta analítico-comportamental supervisionado. No que se buscou um fechamento da análise proposta, com o Estado da Questão do impacto da supervisão nas habilidades sociais do terapeuta em formação.

2 METODOLOGIA

Nesse trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com a metodologia do Estado da Questão, que se direciona a uma investigação que responda ao estado da questão atual no tema pesquisado, realizando rigoroso e seletivo registro dos textos científicos encontrados na literatura (NÓBREGA-TERRIEN; TERRIEN, 2004). A partir disso, essa investigação se propôs analisar cuidadosamente o estado da questão das requeridas habilidades sociais do terapeuta, bem como quais influências ocorrem da supervisão sobre elas.

Para tal feito, foram utilizadas análises nas publicações do campo da TAC - Terapia Analítico Comportamental e THS - Treinamento de Habilidades Sociais. Tendo como critérios de inclusão: textos em português, publicados nos últimos 10 anos e direcionados a estudos de Terapia Analítico-Comportamental. Os documentos selecionados, foram nos formatos de artigos científicos, teses, dissertações, relatos de experiências, resenhas, livros e capítulos de livros.

Como critério de exclusão, foi definido não se utilizar daquelas pesquisas que não trouxessem conceituações de base analítico-comportamental. A busca foi realizada nas plataformas Google Scholar, Scielo - Scientific Electronic Library Online, Periódico Capes e BVS-Psi Brasil - Biblioteca Virtual de Psicologia. Na qual, foram usados os seguintes descritores: “formação profissional”, “habilidades”, “terapeutas comportamentais”, “supervisão” e “habilidades sociais”.

Pela busca dos descritores, foram encontradas nas plataformas digitais 34 publicações. Destas, após primeira leitura foram selecionados 11 textos, que cumpriram os critérios de inclusão e de exclusão. Foi acrescido a eles, a literatura observada como basilar ao campo da Terapia Analítico-Comportamental e de Habilidades Sociais, o que levou a inclusão de alguns textos fora do espaço temporal definido.

3 PRÉ-REQUISITOS DO TERAPEUTA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL

Na intenção de definir um ponto de partida na pesquisa, se destacou a observação de Quinta (2018), quando afirmou que a Análise do Comportamento não tem intenção prescritiva no seu aporte teórico. Ainda que, argumente e se exija coerentemente uniformização da teoria, ao se discorrer e descrever o que envolve o comportamento humano. Este, que se faz objeto de análise nas terapias analítico-comportamentais. Então se ponderou aqui, o não incentivar ou se prender a enquadres universais ou imutáveis. O que também, não se faz propósito desse trabalho, o ditar regras de como um processo psicoterapêutico deveria ser realizado. Ficando apenas, uma discussão crítica do estado da questão, no que a literatura da área tem produzido.

Para tanto, ao balizar a prática do (a) psicólogo (a) analista do comportamento, se faz mister delimitar termos, tais como o tipo de terapia ofertada por esse profissional, que foi denominada de Terapia Analítico-Comportamental. Salvo que, segundo Quinta (2018), essa terminologia na literatura da área, não se encontrou ainda em consenso. Ademais, alguns outros autores como Alves e Isidro-Marinho (2010) anteriormente, já haviam observado que a denominação de Terapia Analítico-Comportamental, se aplicaria a prática dentro do contexto de atendimento clínico.

Por conseguinte, esse trabalho se norteará por esse entendimento da prática clínica da Terapia Analítico-Comportamental, que em definição conforme trouxe Meyer *et al.* (2010), se caracteriza por ofertar as pessoas os serviços terapêuticos alicerçados na Análise do Comportamento, esta que foi fundada em teorias advindas de pesquisas básicas e aplicadas, e que propõem alternativas em resolver os problemas comportamentais humanos.

Essa terapia, vai se aportar em uma visão de causalidade de seleção por consequências, que se refere ao chamado comportamento operante, no qual o organismo vai provocar modificações no ambiente, e ao mesmo tempo também se modificará por ele. Baseado assim nos princípios trazidos por Skinner (2000), de variabilidade e seleção comportamentais, que ele definiu ocorrerem em três níveis de seleção: a seleção natural da espécie (filogênese), a outra seria a seleção operante do indivíduo (ontogênese) e a última seleção ocorreria no campo cultural, pelas práticas sociais estabelecidas na dada cultura (CALHEIROS; AQUINO, 2015; LEVATTI, 2017; NERY; FONSECA, 2018,).

Nesse modelo de seleção, Skinner (2003), analisou que existe a noção de contingência, que significa dizer que o comportamento ocorre na interação organismo-ambiente e os estímulos consequentes produzidos ao responder. Assim ao seguir essa linha, compreendeu-se que a ciência do Comportamento em sua filosofia behaviorista radical, trouxe conceitos

específicos nas suas raízes teóricas, que visaram descrever essas relações que o organismo estabelece com o ambiente.

Dentro dessas conceituações, se inicia pelo entendimento fundante da ciência do Comportamento e do seu objeto de análise: o comportamento que se apresenta como todas e quaisquer relações que o indivíduo estabelece com ambiente (NERY; FONSECA, 2018; SKINNER, 2003).

Tocante outros termos inerentes a área, têm-se a ideia básica da tríplice contingência, que se coloca como unidade de análise do comportamento operante, como pressupôs Skinner (2003, p.5): “[...] deve sempre especificar três coisas (1) a ocasião em que a resposta ocorre, (2) a própria resposta, e (3) as consequências reforçadoras. As inter-relações entre elas são as contingências de reforço.” O que se demarca nesses aspectos, os primeiros pré-requisitos do terapeuta analítico-comportamental, quando este necessitaria ter ponto de partida de análise do comportamento nos seus pressupostos conceituais.

Pode-se pressupor assim, que esses fatores na literatura segundo Calheiros e Aquino (2015), se tornaram pré-requisitos, quando eles discorreram que seria imperativo que o terapeuta analista do comportamento conhecesse as informações teóricas da abordagem comportamental, e alinhasse a ela a prática do atendimento e da supervisão. Assim, a área da Análise do Comportamento, se apresenta como ciência, com sua filosofia no Behaviorismo Radical skinneriano, e irá fornecer os subsídios à prática clínica analítico-comportamental.

No mais e em reforço disso, Abreu-Mota *et al.* (2010) em seus estudos na literatura, já haviam destacado que o terapeuta de base analítico-comportamental, deveriam adquirir e praticar, com segurança teórica as premissas como aprendizagem clássica e operante, assim como, conhecer técnicas comportamentais e saber aplicá-las, como ter dentro de suas intervenções o norteamento basilar das análises funcionais de comportamentos.

Para mais e seguindo a proposta de descrição de pré-requisitos, requisitos e comportamentos requeridos do terapeuta analítico-comportamental, Banaco (1993 *apud* ABREU-MOTA *et al.* 2010) em suas pesquisas, ponderou lembrar que esse terapeuta é um profissional humano, e que traz consigo um histórico de repertórios. No que, ao se intentar compreender suas competências profissionais, se deve considerar funcionalmente seus eventos privados de pensamentos, sentimentos e emoções.

O que leva, a aspectos fundamentais na terapia no contato entre terapeuta e cliente, onde estes irão intentar a todo momento estabelecer uma relação que não fugirá a emoções e afetos, e ela modificará os dois constantemente (ABREU-MOTA *et al.* 2010; LEVATTI, 2017).

Denotando-se assim, em um aspecto relevante na prática do terapeuta: a necessidade de estabelecer essa relação com o cliente.

3.1 RELAÇÃO TERAPÊUTICA

Estudos na Ciência do Comportamento, a partir de Meyer (2001 *apud* ABREU-MOTA *et al.* 2010), tem demarcado que se usar somente de técnicas adequadas para a indicação do problema do cliente, não se mostrou eficientemente capaz de garantir o sucesso terapêutico. Às vistas disto, surgiram estudos das variáveis imbuídas na relação que se estabelecia entre o terapeuta e seu cliente, a nomeada relação terapêutica.

Nesse sentido, nos estudos de Rangé (1998) referidos nas pesquisas de Abreu-Mota *et al.* (2010), o termo “relação” indicaria afinidade e conexão, permeadas por laços de empatia entre pessoas. Tocante ao conceito de essa relação ser terapêutica, significa dizer que ela estaria envolta de um potencial de ajuda-cura. Por conta disso, essa ideia de relação terapêutica vai interpelar ao mesmo tempo o terapeuta e o cliente. Porquanto, ambos poderão provar de uma interação de uma relação de confiança, que tende a se fortalecer ao longo do processo terapêutico.

Em decorrência disso, essa relação necessitaria incorrer de maneira recíproca. Entrelaçado a essa compreensão, se imperou levar em consideração também, os respondentes do terapeuta, os seus comportamentos privados, culturalmente denominados de sentimentos e emoções. Intentando-se relevar seus efeitos sobre o cliente e sobre o próprio terapeuta durante as sessões realizadas. Essa importância foi investigada por diversos pesquisadores analítico-comportamentais, estes que foram descritos em texto de Abreu-Mota *et al.* (2010).

Dentro dos preceitos analítico-comportamentais, Alves e Isidro-Marinho (2010), em suas investigações, destacaram que essa relação terapeuta-cliente vai em um para além do já citado, e que toma uma leitura própria. Quando se compreende, que emergirá dela a funcionalidade dos comportamentos, mediante as contingências governadoras do *setting* terapêutico, e que isso tende a incidir nos comportamentos dos dois, pois advém de seus históricos de repertórios comportamentais.

Adentrando a essa leitura específica comportamental, Kohlenberg e Tsai (2001 *apud* SANTOS, 2017), como também Nery e Fonseca (2018), analisaram que o analista do comportamento irá influenciar o comportamento do cliente por três escalas de estímulos, estas que terão funções eliciadoras, discriminativas e reforçadoras. A primeira citada, se refere a

comportamentos eliciados, os chamados comportamentos reflexos, ditos involuntários no organismo, que surgem no contato com o contexto externo.

A nível de função discriminativa, seria a descrição das circunstâncias externas a esse sujeito onde seus comportamentos foram reforçados, sendo esta mais provável de emissão. Já a função reforçadora, relaciona-se as consequências que tem ação de afetar (modificar) o comportamento. Assim dentro da sessão, o terapeuta incorre em evocar esses comportamentos, podendo reforçar os que sejam funcionais para o cliente (NERY; FONSECA, 2018; SANTOS, 2017).

Isto posto, Madi (2004 *apud* CALHEIROS; AQUINO, 2015), destacou ocorrer na relação estabelecida, o chamado reforço positivo de comportamentos adequados, que seria o que é acrescido e que abre possibilidade de ocorrências desses novamente no futuro, e que acontece ao cliente desde o começo de seu processo terapêutico. Fator esse, que vai fortalecer o aparecimento de relação de confiança. Visto que, o terapeuta ao proporcionar ao cliente clareza de entendimento de como ele sente e age, incorre nisso a função reforçadora sobre a emissão de comportamentos desejáveis do cliente.

Assim como, o terapeuta pode discriminar e eliciar respondentes, estes últimos que se referem aos afetos do cliente, que podem ser emitidos e tateados por ele mais assertivamente, a partir da exposição em sessão. Estes afetos, quando imbuídos de inassertividade, acabam por se transformarem em queixas que levam o cliente a procurar ajuda psicológica (NERY; FONSECA, 2018).

Esses fatores de relação terapêutica, assim podem ser balizados fundamentais e fundantes para atuação do terapeuta analítico-comportamental. Posto que, sem relação, sem vínculo firmado, a terapia pode patinar e se tornar aversiva para ambos (cliente e terapeuta). Inerente e em defesa desses pressupostos, os autores Alves e Isidro-Marinho (2010), observaram o estabelecimento dessa relação ocorrer idealmente e necessariamente por volta da terceira ou quarta sessão, ou ainda antes disso. Para não incorrer assim, em produção de mais sofrimentos para o cliente e/ou provocar impasses, como o abandono da terapia por ele.

Sobre esses aspectos, Skinner (2003) já alertou, que a terapia em si pode ser produtora de sofrimento para o cliente, e por isso pode se tornar aversiva e de alto custo de repostas para ele. Uma vez que, o cliente é exposto aos efeitos extintos por meio de fuga-esquiva usadas nas situações que lhes foram aversivas, sendo que o objetivo ali na sessão seria esse: o de trazer à tona esses repertórios que estejam sob controle aversivo.

Calheiros e Aquino (2015), discorreram que com a relação terapêutica estabelecida e dentro de uma audiência não-punitiva, que significa ofertar escuta sem punição ou julgamentos

depreciativos, os comportamentos que causam sofrimento ao cliente, por terem sido punidos e ficaram reprimidos, começam a acontecer na sessão. Podendo estes, serem analisados funcionalmente e em consequência, pode criar espaço para o cliente discriminar e escolher repertórios similares e não aversivos, bem como, pode ele generalizá-los ao seu ambiente natural.

A partir disso, se pode supor que essas características esperadas no comportamento do terapeuta analítico-comportamental, por si só já se enumeram como requisito, competência e habilidade, necessários à sua prática clínica. Posto que, quando ele consegue criar o vínculo terapêutico e executar análises funcionais, conseqüentemente estará realizando intervenções comportamentais, estas que ocorrem desde o início dessas “descobertas” do cliente em seu autoconhecimento (CALHEIROS; AQUINO, 2015; SKINNER, 2003). O que, se pode delinear e demarcar que é o propósito de sua atuação.

3.2 TERAPEUTA EM SUPERVISÃO

Observações de Vandenberghe (2001 *apud* NERY; FONSECA, 2018), que também foram analisadas nos estudos de Sartori (2014), presumiram que quando o terapeuta está em supervisão, destaca-se que seu repertório de terapeuta se encontra em formação, necessitando de modelação. Desse modo, a supervisão vai agir como ambiente reforçador de seu comportamento de escuta e de relatar e realizar formulação analítica de caso.

No que, seus comportamentos verbais ao relatar o ocorrido em sessão, passa a ser modelado pelas “regras” disponibilizadas na supervisão. Estas, que poderão modificar sua análise e contribuir para um desempenho mais assertivo dele nas suas práticas interventivas com os seus clientes atendidos (NERY; FONSECA, 2018).

Dentro deste ambiente de supervisão clínica, espera-se, que munido das compreensões conceituais do comportamento humano, o terapeuta analítico-comportamental (em formação) consiga analisar o atendimento por um processo de formulação comportamental. Nessa formulação, o direcionamento vai levar para a funcionalidade dos comportamentos relevantes e problemáticos do cliente, bem como considerar em quais ambientes acontecem. Prática essa, que lhes será ensinada, averiguada e modelada, durante as horas de sua supervisão (FONSECA; NERY, 2018).

Ademais, se espera que o terapeuta em supervisão alcance as metas e os objetivos dos psicoterapeutas analítico-comportamentais, estes que foram pressupostos já por Skinner (1953/2003), e reafirmados nas descrições de Alves e Isidro-Marinho (2010), onde ele deve ter

um entendimento assertivo dos comportamentos disfuncionais do cliente, propor estratégias em modificações comportamentais, e realizar sua intervenção cuidadosamente, com intermédio de análises funcionais.

Sartori (2014), trouxe que ocorre em supervisão características similares ao processo terapêutico que o terapeuta supervisionado realiza com seu cliente. Visto que, o papel da supervisão seria o de desenvolver e ampliar as habilidades do terapeuta em formação e supervisionado. Permitindo a este, acesso também as suas contingências reforçadoras. Tornando sua exposição em supervisão, o mais livre possível de contingências que lhe sejam aversivas. Cabendo nisso, análises funcionais do terapeuta supervisor, às vistas de analisá-lo mediante as contingências desencadeadas na sessão, e suas estratégias usadas. Isso, vai produzir o autoconhecimento do terapeuta, e vai lhe ajudar a identificar suas dificuldades e assertividade.

Nesse momento de supervisão, serão requeridas do supervisor as mesmas habilidades requisitadas do terapeuta aprendiz. Dentre os comportamentos necessários do supervisor, destacaram-se: acolher com empatia, dispor análises funcionais dentro da supervisão, fornecer feedbacks assertivos e dispor exemplos e regras para o terapeuta supervisionado. O que, denotou ser fundamental o estabelecimento de um vínculo seguro entre supervisor e terapeuta em formação, para assim se atingir as competências necessárias à atuação dos dois (SARTORI, 2014).

3.3 HABILIDADES TERAPÊUTICAS

Para além da técnica terapêutica aprendida e do estabelecimento da relação terapêutica, Abreu-Mota *et al.* (2010), discorreram que cabe ao terapeuta analítico-comportamental apresentar comportamentos e características das chamadas habilidades terapêuticas. Estas, que largamente já foram discutidas na literatura da Psicologia. Que no estudo dos autores citados, destacaram-se: a empatia, a autenticidade e capacidade de aceitação do terapeuta frente aos repertórios do cliente, de si mesmo e aos surgidos em supervisão.

Citando mais outros autores na literatura, Abreu-Mota *et al.* (2010), destacaram mais habilidades analítico-comportamentais, como as de instrução, de escuta atenta e de observação. Como também, o terapeuta se colocar seguro de si, saber direcionar, estar disponível, assim como ser criterioso e se usar de humor com criatividade.

Em uma explanação e apreciação, do Estado dessa questão das requeridas habilidades terapêuticas do analista comportamental, selecionou-se 04 textos para exemplificação. Sendo

eles, de formato de 02 artigos, 01 resenha e 01 capítulo de livro. Nos quais, foi identificado que intentaram descrever e sistematizar tipos de habilidades terapêuticas.

Nestas publicações, notou-se variações quanto ao modo que foram denominadas as habilidades requeridas do terapeuta, por vezes foram tratadas por comportamentos necessários ao terapeuta, por características esperadas, pré-requisitos, competências e habilidades. O que aqui, em compreensão da literatura pesquisada, foi tratado como habilidades terapêuticas, conforme demonstração no Quadro 1. de um Paralelo de Habilidades Sociais e Habilidades Terapêuticas, abaixo.

QUADRO 1.: Apresentação dos textos, com seus autores, ano de publicação e um Paralelo de Habilidades Sociais e Habilidades Terapêuticas

Texto/Artigo	Autores/Ano	Habilidades Terapêuticas
Habilidades Terapêuticas É Possível Treiná-las? (capítulo de livro)	Hellen Ormond Abreu-Motta, Ana Karina C. R. de-Farias e Cristiano Coelho (2010)	Gerais: empatia, autenticidade e aceitação; Analítico-Comportamentais: - Instruir o cliente, ouvir, observar, estar seguro de si, ser diretivo, ser disponível, usar de forma criteriosa o humor e ser criativo. - Ter clareza de conceitos de aprendizagem clássica e operante; - Identificar as técnicas e usá-las; - Analisar funcionalmente todo o processo terapêutico.
Resenha: Desenvolvimento de um sistema multidimensional para a categorização de comportamentos na interação terapêutica: Tese de doutorado de Denis Zamignani, 2007.	Luciana Moskorz e Olga Mitsue Kubo (2012)	Analítico-Comportamentais: Terapeuta solicitar relato; Terapeuta facilitar o relato do cliente; Terapeuta demonstrar empatia; Terapeuta fornecer informações; Terapeuta solicitar reflexão; Terapeuta recomendar ou solicitar a execução de ações, tarefas ou técnicas; Terapeuta interpretar; Terapeuta aprovar ou concordar com ações ou avaliações do cliente; Terapeuta reprovar ou discordar de ações ou avaliações do cliente; Terapeuta permanecer em silêncio;
Transformação Pessoal da Terapeuta a Partir de Supervisões de Atendimentos Clínicos na Abordagem Comportamental	Lowynne Isabelle C. Souza e Artur Vandré Pitanga (2019)	Analítico-Comportamentais: Validar os sentimentos/comportamentos do cliente; Engajar-se apropriadamente em comportamentos de compaixão, proximidade interpessoal; Ser íntimo e afetivo; Capacidade de auto revelação; Realizar Análise Funcional do processo terapêutico.
Ensino de terapia analítico-comportamental: uma revisão sistemática da literatura	Bruna dos Santos Rodrigues e Gabriel Gomes De Luca (2019)	Analítico-Comportamentais: Autoconhecimento; Autocontrole; Caracterizar necessidades sociais de intervenção; Planejar intervenção; Executar intervenção, Avaliar intervenção, Aperfeiçoar intervenção Comunicar descobertas oriundas de intervenção.

Fonte: Organização dos autores a partir dos dados encontrados.

Na observação dos dados descritos no Quadro 1., se notou que esses comportamentos e/ou habilidades requeridas ao terapeuta em formação, se repetiram quase que unânimes e/ou se complementaram nas quatro publicações, como coincidiram-se na discussão da questão levantada até aqui. Reforçando assim, os pressupostos analistas comportamentais de que a sistematização teórica vai surgir e se organizar, abalizada na prática do terapeuta e nas pesquisas aplicadas, como já preconizaram alguns autores, dentre estes os estudos de Meyer *et al.* (2010).

4 HABILIDADE SOCIAIS E PRÁTICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL: APROXIMAÇÕES

Qualquer relação e contato entre pessoas, inevitavelmente, será permeado pelo uso de habilidades, para que esta convivência seja satisfatória aos envolvidos nessa interação. E, essas habilidades foram chamadas de habilidades sociais – HS. Conquanto, habilidades sociais referiram-se a um conjunto de comportamentos ou um repertório social, em que o indivíduo irá expressar seus sentimentos, desejos, atitudes, opiniões ou direitos, de maneira adaptativa e assertiva. Ademais, experiências satisfatórias têm demonstrado que essas habilidades podem ser aprendidas e modificadas (CABALLO, 2003; DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001; GOULART JÚNIOR, 2019).

Segundo Skinner (1953/2003), boa parte dos estímulos discriminativos, motivacionais e reforçadores para uma pessoa, vai ser disponibilizado no âmbito social. Trazendo à tona a ideia do comportamento operante, que é aquele em que o organismo modifica o ambiente e é modificado por ele. O que leva a outro conceito fundante, o de contingência. Este que, faz referência ao fato de uma consequência ser produzida por uma resposta, tendo a sua ocorrência futura dependente do reforço dessa consequência gerada. Destarte, essas relações de contingências estão imbuídas no ambiente natural, como também se estabelecem no contexto social humano construído (CATANIA, 1993 *apud* SOUZA, 2001).

Em uma análise e histórico das HS -Habilidades Sociais, Del Prette e Del Prette (2001), trouxeram que estas na vida humana, se adquirem desde a tenra idade e normalmente irão sendo modeladas ao contexto social, aprendidas e manifestadas nos padrões de repertório comportamental do sujeito.

Como assinalou Caballo (2003, p. 13), “[...] As habilidades sociais formam um elo entre o indivíduo e seu ambiente”. Com isso, se pressupõem a relevância de se ter e de utilizar habilidades sociais adequadas nas relações interpessoais. Ademais, estudos no campo das habilidades sociais observaram que aqueles com comportamentos assertivos e competência

elevada, inclinavam-se a desenvolver relações interpessoais mais satisfatórias, bem como, capacidades profissionais mais eficientes (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001; PORTELLA, 2011).

4.1 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E HABILIDADES SOCIAIS - CONCEITUAÇÕES

Os psicólogos Zilda Del Prette e Almir Del Prette (1999), em mais de trinta anos de pesquisas na área de habilidades sociais, observaram que o direcionamento em investigações dos aspectos evolutivos de desempenho social humano, se despontou até um tanto antigo na Psicologia. Destacando que, a maioria das teorias de desenvolvimento deram ênfase na socialização e na sua importância nas interações e relações sociais, se fazendo em fortes fatores de saúde mental, como de desenvolvimento saudável.

Del Prette e Del Prette (1999) trouxeram ainda, que foi Argyle quem cunhou a expressão Treinamento em Habilidades Sociais (THS). Este treinamento, investigado por estes autores incorporou na sua base teórica diversos conhecimentos, influenciando-se de diferentes conhecimentos paradigmáticos. Dentro destes, cinco modelos determinaram sua estrutura principal: o modelo cognitivo, a teoria de papéis, o modelo da assertividade, o modelo da percepção social e o da aprendizagem social. Nisto, Bolsoni-Silva (2002) em suas investigações na literatura, preconizou que cada teoria desta poderia ser analisada pela orientação da Análise do Comportamento.

Ao se realizar a reflexão no viés comportamental, se tem que nos moldes cognitivos e da percepção social, que estes buscaram a inclusão dos chamados eventos privados (emoções, sentimentos, processos psicológicos) nas suas investigações. Já a teoria dos papéis, referiu-se ao papel multifacetado e de plasticidade do comportamento humano, onde entraria o conceito de flexibilidade comportamental e psicológica, para a pessoa assim poder se colocar na diversidade dos papéis sociais que lhes são demandados (BOLSONI-SILVA, 2002).

Referente ao modelo da assertividade, têm-se que este buscou uma descrição dos chamados comportamentos respondentes e operantes, que o primeiro são os de natureza biológica porque são respostas que acontecem no organismo do indivíduo, já o segundo vai provocar modificações no ambiente, e ao mesmo tempo também modificará o indivíduo. Conceitos estes, já bem definidos pela Análise do Comportamento. Por fim, a proposta da aprendizagem social, teria a ver com a capacidade da observação e da modelação de comportamentos, de influência ontogenética cultural (CATANIA, 1999/1998 *apud* BOLSONI-SILVA, 2002).

Para mais, em uma definição analítico-comportamental, Del Prette e Del Prette (2001 *apud* BOLSONI-SILVA; CARRARA, 2010), afirmaram que habilidades sociais – HS seriam um tipo de classe de respostas, que o sujeito aprende e agrega ao seu repertório comportamental. E, este repertório de habilidades sociais vai lhe dispor manejos mais adaptativos e adequados nos variados contextos e acontecimentos em sua história de vida. O que, colocaria assim a relevância de aquisição desse repertório de habilidades sociais, que pode ser analisado no intuito de promover ampliação deste, para que a pessoa trabalhe e consiga transpor seus comportamentos problemáticos e desencadeadores de sofrimento significativo.

No mais, os mesmos autores supracitados, afirmaram em suas pesquisas que todo comportamento que ocorrerá novamente, se manterá pelas consequências ocorridas. No que, se coloca válido afirmar que se a pessoa emitir comportamentos socialmente habilidosos, mais possibilitará a obtenção de reforçadores e, conseqüentemente, provocará ampliação de comportamentos, bem como, repertórios assertivos e eficazes em situações conflituosas e com adversidades.

Ao se destacar os conceitos do behaviorismo radical, filosofia que embasa a Análise do Comportamento, e o que preconizou a área das habilidades sociais, entendeu-se que habilidades sociais poderiam ser vistas como uma qualificação de comportamentos operantes, com destaque para os comportamentos verbais. Posto que, seriam respostas resultantes de uma comunidade verbal vigente, e assim poder-se-iam ganharem status de mando e de tato, que são conceituações muito próprias da Análise do comportamento (BOLSONI-SILVA; CARRARA, 2010).

A ideia de mando, seria a de operante verbal no que a cultura ou comunidade verbal, possibilita a ação de emitir ordens. Já o conceito de tato, abarcaria as tentativas de compreensão (tatear) e/ou nomear os estímulos percebidos no ambiente externo e/ou internos ao sujeito falante (SKINNER, 1957 *apud* PASSOS, 2003).

Ademais, ainda a essas definições se atrelaria o ato de emissão de instrução na Análise do Comportamento, que leva a um outro conceito: o de regras. Nisto, emitir regra seria o mesmo que instruir de forma verbal. Assim, regras seriam estímulos verbais de instruções para determinadas contingências (SKINNER, 1969, 1984 *apud* MEDEIROS, 2014).

Porquanto, desde a mais tenra infância, o ser humano vai aprendendo modelos e regras que já estão definidas socialmente, ao observar os comportamentos dos outros e ao interagir com outras pessoas. E disso, passa a criar suas próprias regras (autorregas), as pegando para si por controle verbal nesse contato com o ambiente físico e cultural (BAUM, 1994/2006). Nisso

se entende, que as regras são estímulos verbais de relações de contingência: entre eventos ambientais ou entre eventos ambientais e comportamentos.

4.2 TEINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS (THS) SISTEMÁTICO

Tocante ao treinamento de habilidades sociais, destacou-se sua entrada na prática da Psicologia a partir da década de 1950, com as pesquisas e as publicações de Salter em meados do ano de 1949, e ele foi considerado um dos percussores da terapia comportamental. Ele, aprofundando as descobertas de Pavlov sobre reflexo condicionado, promoveu a descoberta de maneiras de potencializar expressão facial e verbal. Concomitante a esse período, surgia o treinamento assertivo nos Estados Unidos, por intermédio dos estudos de Wolpe no ano de 1958 (BOLSONI-SILVA, 2002; DEL PRETTE; DEL PRETTE, 1999, 2001).

As investigações desse último autor citado (Wolpe), encontrou especificações em repertório de habilidades sociais, ao dispor intervenções sobre comportamentos envoltos na expressão e demonstração de sentimentos tidos como negativos, como também, quando a pessoa defendia seus próprios direitos, processo esse que ele identificou como “ser assertivo”. No que, posterior a isso, Lazarus em meados do ano de 1977, que atuou ainda junto a Wolpe, teceu críticas ao direcionamento exagerado para sentimentos negativos, e defendeu acrescentar o expressar-se positivamente (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 1999).

No seguimento histórico, nas décadas de 1980 e de 1990 o Treinamento de Habilidades Sociais - THS se consolidou campo próprio de estudo sobre o desempenho social, e de aplicação dos construtos da Psicologia. Assim, através do THS – Treinamento de Habilidades Sociais, se pode proporcionar as pessoas a aprendizagem de habilidades específicas e que lhe eram difíceis. Por isso, o treino dessas habilidades idealmente deveria ser organizado a partir de dificuldades específicas, ou de impasses que surgissem nas relações interpessoais, sendo treinadas de forma individual ou em grupos (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001).

Porquanto, o treinamento de habilidades sociais se daria de uma forma um tanto sistemática e organizada, com o uso pelo terapeuta de técnicas como: modelação, instruções, ensaio comportamental, modelagem, feedback verbais e gravados, tarefas de casa, e ainda o uso de métodos de relaxamento para trabalhar respondentes que surgissem. Além do mais, se o treinamento fosse em grupo se faria uso da técnica de vivência (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 1999), esta última que não foi explorada nessa pesquisa.

4.2.1 Habilidades sociais x competência Social

Demarcar um divisor se faz necessário, quando se fala em habilidades sociais no tocante a confundi-la com o conceito de competência social. A competência social carrega um teor avaliativo de desempenho em se utilizar de um bom repertório social, enquanto que a habilidade social conforme trouxeram Del Prette e Del Prette (1999), envolveria uma gama de comportamentos como por exemplo o de assertividade, que corresponde ao comportamento social interpessoal e socialmente aceito, em que o sujeito vai expressar suas opiniões, sentimentos, pensamentos e defender seus direitos de forma coerente e adequada a cada situação, respeitando os direitos e o bem-estar do outro, sem contudo, desconsiderar os seus.

Por conseguinte, ao analisar as habilidades sociais que levam a competência social, Del Prette e Del Prette (2001) propuseram a organização das habilidades sociais em cinco classes principais: de comunicação, de civilidade, assertivas, de expressão de sentimento positivo e habilidades sociais profissionais. No que, elas se subdividiriam em habilidades mais específicas e, na base de todas elas, eles preconizaram a habilidade de automonitoramento, em que a pessoa acompanha e avalia seu próprio desempenho interpessoal.

Adentrando nessa taxonomia trazida por Del Prette e Del Prette (2001), as habilidades sociais foram tabuladas em categorias bem amplas, e ao mesmo tempo bem específicas. Como as habilidades sociais de comunicação, que abarcam o comportamento de responder e realizar perguntas, conseguir tecer elogios a outrem, como também gratificá-lo. Começar, manter e finalizar conversações, solicitar e dispor feedback nas interações com pessoas. Del Prette e Del Prette (1999), também alertaram para a adequação dos aspectos verbais, como a maneira do se comunicar na sua duração, a como se regula e o período de latência nesse se expressar.

Outra categoria importante elencada foi a de habilidades sociais de civilidade, que englobam o cumprimentar-se, o falar por favor, o agradecer, assim como o se apresentar e se despedir. Já as habilidades sociais assertivas de enfrentamento, trouxeram os comportamentos de dar opiniões, concordar e discordar, como também, solicitar, recusar e aceitar pedidos, e ainda, se desculpar e admitir erros. Ser assertivo envolveria também, o conseguir se vincular de forma afetiva e sexual, assim como, encerrar relacionamentos, demonstrar e verbalizar raiva e esclarecer que deseja mudanças de comportamentos das pessoas (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001).

Uma outra categoria relevante das habilidades sociais, e que se intercala assertivamente nesse trabalho, são as habilidades empáticas, tão almeçadas e requisitadas na prática de um terapeuta. Elas concernem às habilidades de parafrasear, devolver/refletir sentimentos, expressando apoio e compreensão. Além do mais, estas na prática de um terapeuta se

complementam com as chamadas habilidades sociais de trabalho ou profissionais, que irão abranger o falar em público, liderar e coordenar grupos, tomada de decisão, resolução e mediação de conflitos, assim como proficiência em habilidades sociais educativas (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001; PORTELLA, 2011).

Além destas categorias, Del Prette e Del Prette (2001) destacaram as habilidades sociais de expressão de sentimento positivo, que seria a capacidade de firmar amizades, com expressões de amor e ser solidário aos outros. Para mais e reafirmando o que os autores citaram, a habilidade de automonitoramento, se coloca como pedra angular de regulação de todas as outras, quando esta envolve capacidades e tendências metacognitivas, afetiva e de comportamentos, em que o indivíduo se observa e interpreta seus eventos internos como pensamentos, sentimentos. E assim, ele promove autorregulação emocional na sua interação com seus contextos ambientais.

Outrossim, ainda existem conforme os autores supracitados, os aspectos não verbais das habilidades sociais que dizem respeito a comunicação: envolvendo o olhar, o sorrir, as expressões da face, os gestos e postura do corpo, movimentos corporais e o contato proximidade ou distanciamento físico. Estes, adequadamente emitidos e regulados à contextos e interações interpessoais.

Assim sendo, pessoas consideradas com habilidades sociais desenvolvidas e com competência social, serão aquelas que tendem a se mostrarem com boa expressividade corporal, demonstrando assertivamente seus próprios sentimentos e opiniões, dispendo as variações na sua postura e gestos adequados ao ambiente, além de emitir mais questionamentos, quando for demandado na sua adaptação ao ambiente (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 1996).

4.2.2 O treinamento de habilidades sociais assistemático

Bitondi e Setem (2007), em um texto bem singular e esclarecedor sobre a importância das habilidades terapêuticas e da supervisão clínica, ponderaram que os fatores inerentes a contextos de práticas, diferem das características referentes a conhecimentos de teorias. Dado esse, que na cultura ocidental de maneira geral, se notou a aprendizagem da teoria ocorrer com predomínio do caráter verbal e ser controlada por regras. Já o conhecimento prático, como no exemplo do atendimento psicoterapêutico clínico, em sua maioria se modelaria às próprias contingências situacionais da sessão, esta que seria a relatada na supervisão pelo terapeuta aprendiz.

Uma proposta para intentar resolver essa discrepância do teórico sistemático de controle por regras *versus* autonomia e papel mais ativo do cliente, que Medeiros (2020) dentro de uma nova proposta terapêutica de aplicação da Análise do Comportamento à clínica, com sua Psicoterapia Comportamental Pragmática-PCP, propôs o Treinamento de Habilidades Sociais Assistemático para clientes. Se observou que esse treinamento, poderia ser pensado e direcionado para o terapeuta em supervisão, visto que, os aspectos inerentes a estes dois contextos assemelham-se, como tem sido descrito nesse trabalho. Aspecto este, não estudado ainda pelo propositor do treinamento assistemático.

A Psicoterapia Comportamental Pragmática-PCP de Medeiros e Medeiros (2011), se norteou pelo comportamento verbal e pelo uso dos procedimentos analíticos comportamentais, como a análise funcional de comportamentos. O foco dado ao comportamento verbal, os autores explicaram que seria porque quase que na totalidade, as trocas entre terapeuta e terapeutizando incorreriam por comportamentos verbais.

Uma diferença demarcadora dessa proposta terapêutica, está no uso priorizado de questionamento reflexivo por meio de perguntas. Onde, o terapeuta vai mais questionar e ser ouvinte, falante será o cliente, este último nessa abordagem tratado por terapeutizando. Essa prática, se propõe a que o terapeutizando crie e emita autorregras mais assertivas, sem se prender ou buscar regras dispostas pelo seu terapeuta (MEDEIROS; MEDEIROS, 2011).

Assim, as habilidades sociais serão treinadas por meio do Treinamento de Habilidades Sociais Assistemático, sem emissão de regras ou instruções prévias, para que o terapeutizando ou cliente se direcione ao desenvolvimento por ele próprio, de estratégias e maneiras mais assertivas nas suas interações sociais demandadas (MEDEIROS, 2020).

Medeiros (2020), analisou que existia forte diretividade nos treinos de Habilidades Sociais (THS) padrões. Pois, eles visavam apontar déficits, como também realizavam instrução, com convencimento do cliente para trabalhar suas habilidades deficitárias. O treino passava também, por dificuldades hierarquizadas de ansiedade. Daí, emergia necessidade de ensinar e aplicar técnicas de relaxamento e ensaio comportamental.

A crítica principal da PCP ao THS, foi a de que no treinamento padrão havia pouco ou quase inexistente foco na análise funcional das inabilidades sociais. Assim como, Medeiros (2020), viu na sistematização do método, um uso irrestrito de procedimentos diretivos e pedagógicos, que colocavam o cliente em um papel passivo, e que este sujeitava-se e dependia de regras e modelos fornecidos.

O treinamento de habilidades sociais assistemático então, focará na análise funcional dos comportamentos que envolvem a inabilidade social. Buscará essa análise, realizando

questionamentos reflexivos dentro dos relatos verbais, com o propósito de que o terapeutizando consiga chegar às suas próprias conclusões, de que necessita adquirir ou aprimorar seus repertórios comportamentais inerentes a défices em habilidades sociais. Alcançado isso, se fará ensaio comportamental e simulação, com a ideia de uma terceira pessoa, para representar às situações problemáticas que envolvem o repertório de habilidades deficitárias (MEDEIROS, 2020).

O terapeuta irá pedir então, que o terapeutizando detalhe a situação com os diálogos de cada um envolvido. E, irá intercalando perguntas na descrição feita, para que o terapeutizando consiga discriminar os fatores que controlam seus comportamentos alvo de inabilidades sociais. Assim, se supõe que se possibilitará enfraquecer reforçadores indesejáveis e a estimulação aversiva, que estaria condicionada e generalizada no repertório do cliente. Para isso, o terapeuta pragmático realizará reforço diferencial, reforçando por intermédio de perguntas, apenas os comportamentos desejáveis ou que se aproximem destes. Pois, o foco do terapeuta seria o de fortalecer os comportamentos desejáveis, e não suprimir imediatamente, os indesejáveis (MEDEIROS; MEDEIROS, 2011).

Um exemplo de reforçamento diferencial no treino de habilidades sociais assistemático, trazido por Medeiros e Medeiros (2011), foi o de uma inabilidade social assertiva de enfrentamento de um pai, que costumava emprestar o carro ao filho, e acabava aversivamente tendo que acordar duas horas mais cedo, e chateado ir pegar dois ônibus para ir ao seu trabalho. Nessa situação, se compreendia que o comportamento desejável e assertivo seria o pai negar o carro para o filho, para poder usá-lo. E mesmo que, esse pai chegasse à sessão contando que no dia anterior negou o carro ao filho, e ao fazê-lo se sentiu desconfortável, o terapeuta comportamental pragmático não exploraria a situação dos reforçadores indesejáveis.

E sim, ele faria o reforço diferencial de aproximação do comportamento desejável, e poderia perguntar ao cliente: “[...] “Como foi dormir duas horas a mais? Como foi o restante do seu dia tendo dormido mais? Como foi ir para o trabalho de carro? Quanto tempo você gastou indo de carro?” (MEDEIROS; MEDEIROS, 2011, p. 432). Isso seguramente, possibilitaria esse terapeutizando a ir tateando e discriminando cada vez mais para se comportar naturalmente mais assertivo e defender seus direitos e decisões, quando se oportunizou não diretamente sua autonomia para isso. Destarte, ponderou-se que esse foi apenas um exemplo ilustrativo, dado que, o tempo e os ganhos comportamentais não tendem a funcionarem sistematicamente e ordenados assim.

4.3 HABILIDADES DO TERAPEUTA X HABILIDADES SOCIAIS: UM PARALELO

Na literatura estudada nesse trabalho, foi possível tecer pressupostos e um paralelo de compatibilidades entre habilidades sociais e a prática requerida do analista do comportamento, especificamente no texto de Bolsoni-Silva e Carrara (2010). Em que, o primeiro aspecto compatível estaria nos mesmos norteadores éticos, de oportunizar comportamentos sociais e culturais reforçadores, do tipo positivos e saudáveis. Quando se compreendeu a relevância das habilidades sociais, como tipo de repertórios comportamentais que favorecem as relações interpessoais mais satisfatórias. O que remete assim pensar, os mesmos pressupostos passíveis de ocorrerem na relação do terapeuta com seu cliente, assim como na interação do terapeuta na supervisão.

Ao se pensar em sistematizar habilidades terapêuticas e sociais inerentes a prática analítico comportamental, no estudo de Bitondi e Setem (2007) na literatura, emergiram dois grupos de habilidades, um tocante aos comportamentos emitidos pelo terapeuta, e o outro referiu-se ao repertório social de vida dele. Assim, os comportamentos esperados do terapeuta se comporiam de suas habilidades de observação sistemática, de sua habilidade de emitir reforços diferenciais, de pedir informações e informar, assim como de sua capacidade de dispor orientações.

O outro grupo de habilidades, concerniria aos aspectos pessoais ou suas habilidades sociais, tais como: ser autêntico, ser empático, aceitar incondicionalmente e irrestritamente, compreendendo com acolhimento a pessoa humana. Além disto, Bitondi e Setem (2007), acrescentaram que o terapeuta fazer seu trabalho pessoal de terapia, possibilitaria ele adquirir e treinar alguns comportamentos não verbais de entonação vocal, demonstração de sentimentos com seu se expressar postural, facial e visual.

5 SUPERVISÃO X HABILIDADES SOCIAIS: O ESTADO DA QUESTÃO

O estudo de Bolsoni-Silva e Carrara (2010), demarcou algumas pesquisas no Brasil que foram direcionadas a compreensão de possíveis interrelações funcionais de habilidades sociais com comportamentos-problemas, que por vezes levam pessoas a procurar terapia. Nessas pesquisas, destacaram-se dificuldades no comportamento social, como exemplo de ocorrência deste nas relações parentais, relação entre educador e educando, como também, na relação terapeuta e cliente.

Uma outra relação de extrema importância no processo terapêutico, segundo estudo de Lepiensi e Silveira (2017), com requisição de habilidades sociais e que permeia e/ou mediará

os comportamentos do terapeuta e cliente, é a estabelecida na supervisão. Esta, que foi delineada como uma interação entre um professor-supervisor (terapeuta experiente) e um supervisionando (estudante terapeuta em formação), com o propósito de desenvolver competências sociais e terapêuticas no terapeuta aprendiz.

Na análise do Estado da Questão de qual o impacto da supervisão sobre as habilidades sociais do terapeuta (em formação) analítico-comportamental supervisionado, se destacaram 11 (onze) publicações nessa pesquisa. A partir destas, foi realizada uma tabulação de dados (exposta no Quadro 2. abaixo), elencando o título do texto, seus respectivos autores, com o ano da publicação e a descrição das habilidades sociais e/ou terapêuticas citadas, e se foi realizado ou proposto realizar treinamento delas via supervisão.

Quadro 2. Apresentação das publicações segundo os autores, ano de publicação, título, e habilidades citadas e se trabalhadas em supervisão

Autores/Ano	Texto/Artigo	Habilidades citadas	Habilidades trabalhadas em supervisão
BOLSONI-SILVA, A. T.; CARRARA, K. (2010)	Habilidades sociais e análise do comportamento: compatibilidades e dissensões conceitual-metodológicas.	Habilidades sociais de comunicação; habilidades sociais de civilidade; habilidades sociais assertivas de enfrentamento; habilidades sociais empáticas: habilidades sociais de trabalho; habilidades sociais de expressão de sentimento positivo.	
MOSKORZ, L.; KUBO, O. M., (2012)	Resenha: Desenvolvimento de um sistema multidimensional para a categorização de comportamentos na interação terapêutica: tese de doutorado de Denis Zamignani 2007.	Terapeuta solicitar relato; Terapeuta facilitar o relato do cliente; Terapeuta demonstrar empatia; Terapeuta fornecer informações; Terapeuta solicitar reflexão; Terapeuta recomendar ou solicitar a execução de ações, tarefas ou técnicas; Terapeuta interpretar; Terapeuta aprovar ou concordar com ações ou avaliações do cliente; Terapeuta reprovar ou discordar de ações ou avaliações do cliente; Terapeuta permanecer em silêncio.	
SARTORI, R. M. (2014)	O papel da supervisão na formação de terapeutas comportamentais: estudo de caso.	Facilitação, solicitação de relato e solicitação de reflexão.	Análise funcional dos comportamentos da terapeuta em formação; Modelagem dos relatos verbais da terapeuta de analisar e impedir esquivas do cliente. Supervisora dava modelos claros de como a terapeuta poderia interagir com o cliente nos momentos mais críticos do processo. O autoconhecimento do terapeuta do seu repertório comportamental, excessos, déficits e sentimentos.
CALHEIROS, T. da C.; AQUINO, A. de C. (2015)	Relato de experiência sobre atendimento psicológico em	Empatia e assertividade	

	caso de “ciúme”: considerações analítico comportamentais		
ALMEIDA, M. S. de.; RUNNACLES, A. de. L. e S.; SILVEIRA, J. M. da. (2016)	Treino de comportamentos de intimidade para terapeutas em processo de formação em Psicoterapia Analítica Funcional.	Realizar análises funcionais, emitir comportamentos de intimidade; “Demonstrar empatia.	Dirigir ações sob controle das variáveis relevantes do aqui/agora; da sessão do contexto terapêutico; tatear eventos privados nesse contexto; e reforçar naturalmente a emissão de CIVPs pelo cliente. Evocar comportamentos vulneráveis do cliente, modelar o comportamento do cliente para reforçar os comportamentos vulneráveis do terapeuta e reforçar o aparecimento de comportamentos vulneráveis do cliente durante a sessão”
FONSECA, N. M. da. (2016)	Efeitos de workshop de psicoterapia analítica funcional sobre habilidades terapêuticas.	Autoconsciência, consciência do cliente, coragem, amor terapêutico, valores, autorrevelação, competências analítico-comportamentais, foco em sessão.	Empatia, precisão na identificação de comportamentos relevantes; discriminação e consequenciação de comportamentos, reforço diferencial.
BOLSONI-SILVA, A. T.; MATSUNAKA, M. P. S. (2016)	O papel da supervisão em terapia comportamental quanto à promoção de habilidades sociais em estagiários de psicologia.	Comunicação, afeto e enfrentamento; comportamentos de falar em público; expressão de sentimentos negativos, lidar com críticas; Autoafirmação na expressão de sentimento positivo; Conversação e desenvoltura social.	Enfrentamento e autoafirmação com risco; (Autoafirmação na expressão de sentimento positivo) melhoraram estatisticamente entre as medidas de pré e pós-teste (isso indicou que foram efeitos da supervisão).
LEPIENSKI, A. F.; SILVEIRA, J. M. da. (2017)	Relações entre uma supervisão em Psicoterapia Analítica Funcional e as respostas de uma terapeuta e sua cliente em sessão.	Os autores instruíram a supervisora a aplicar as Cinco Regras da FAP com a supervisionanda. A supervisão em FAP consistiu na observação de comportamentos relevantes da terapeuta em supervisão (Regra 1), evocação (Regra 2) e consequenciação dessas respostas (Regra 3), observação dos efeitos da própria ação (Regra 4) e promoção de interpretações baseadas em análises funcionais e implementação de estratégias de generalização (Regra 5).	A supervisora realizou tanto a discussão do caso da cliente, quanto a interpretação de possíveis fatores relacionados à terapeuta (como sentimentos em relação à cliente) e a evocação e consequenciação de comportamentos relevantes durante a supervisão. A supervisão também apresentou características de <i>feedback</i> .
LEVATTI, G. E. (2017)	Intervenção analítico-comportamental com mulheres com ansiedade e depressão: efeitos da intervenção e análise da interação terapêutica.	Facilitação, solicitação de relato e solicitação de reflexão.	
SOUZA, L. I. C.; PITANGA, A. V. (2019)	Transformação Pessoal da Terapeuta a Partir de Supervisões de atendimentos Clínicos na Abordagem Comportamental.	Validar os sentimentos/comportamentos do cliente; Engajar-se apropriadamente em comportamentos de compaixão, proximidade interpessoal; Ser íntimo e afetivo; Capacidade de auto revelação; Realizar Análise Funcional do processo terapêutico.	
RODRIGUES, B.; DE LUCA, G. (2019)	Ensino de terapia analítico comportamental: uma revisão sistemática da literatura.	Autoconhecimento; Autocontrole; Caracterizar necessidades sociais de intervenção; Planejar intervenção; Executar intervenção, Avaliar intervenção, Aperfeiçoar intervenção	

		Comunicar descobertas oriundas de intervenção	
--	--	---	--

Fonte: Organização dos autores conforme dados encontrados e analisados.

Como exposto no Quadro 2., se observou que 06 (seis) das publicações focaram no treinamento de habilidades sociais dos clientes em terapia (textos no Quadro 2. em que a coluna das habilidades trabalhadas em supervisão ficou em branco), e a outra parte de 05 (cinco) textos direcionou-se a treinar as habilidades sociais e terapêuticas do terapeuta em supervisão, a partir dos atendimentos que este estava realizando (no Quadro 2. as habilidades trabalhadas em supervisão foram citadas).

Demarcando assim, a relevância da aprendizagem de habilidades sociais, o que corroborou a outros direcionamentos de estudos em que destacaram estas habilidades serem preditoras de saúde mental, de adaptabilidade social, como também de competência social e profissional (BOLSONI-SILVA; MATSUNAKA, 2017; CABALLO, 2003; DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2003; GOULART JÚNIOR, 2019; MAGALHÃES; MURTA, 2003; PORTELLA, 2011).

Sobre as competências e habilidades esperadas do terapeuta supervisor, em uma outra pesquisa, a de Figueiredo, Duarte e dos Santos (2017), elencaram que os docentes supervisores de Psicologia necessitariam ter habilidades educativas, com um conhecimento bem integrativo da teoria e da prática, e que deveriam buscarem promover as habilidades dos seus supervisionados, bem como aprimorar as suas próprias na sua supervisão executada. Dessa forma, um supervisor clínico precisa atuar como professor e ser psicólogo atuante no campo de conhecimento que supervisiona, e na mesma abordagem psicológica e teoria que dá supervisão.

Essa supervisão, conforme Oliveira-Monteiro (2008 *apud* FIGUEIREDO; DUARTE; DOS SANTOS, 2017), se articularia em uma relação de proximidade e confiança entre supervisor e supervisionado, para além do relacionamento professor e aluno, nos procedimentos de ensino-aprendizagem norteados por acolhimento, modelação, avaliação e apoio no desenrolar das competências do terapeuta em formação. Na supervisão, o terapeuta aluno receberia aquilo que busca ofertar ao seu cliente em sessão, com a diferença de que estaria trabalhando as demandas do cliente com o supervisor, e ajustando às suas habilidades necessárias na atuação profissional.

5.1 A SUPERVISÃO NA PERSPECTIVA DA FAP

Da tabulação de dados dos textos sobre supervisão e treinamento de habilidades, expostos no Quadro 2., emergiu a prática da supervisão na perspectiva da Psicoterapia Analítico Funcional, que foi citada em 05 (cinco) publicações das 11 (onze) destacadas. Esta, é uma terapia que dentro da Análise do Comportamento, foi indicada como pertencente ao movimento da chamada terceira onda de terapias analítico-comportamentais e clínicas (RAFIHI-FERREIRA *et al.* 2016; SOUZA; VANDENBERGHE, 2007).

Estas matizes de terapias comportamentais, trouxeram quatro tipos de psicoterapias distintas: a Psicoterapia Analítico-funcional – FAP de Kohlenberg e Tsai (2001), a Terapia de Aceitação e Compromisso – ACT, de Hayes, (1987) e Hayes, Strosahl, e Wilson, (1999), a Terapia Comportamental Integrativa de Casal de Jacobson (1992) e a Terapia Comportamental Dialética com Linehan (1993). Estas terapias, valorizaram os aspectos de eventos privados, o comportamento verbal, a aceitação, com foco no papel interventivo da relação terapêutica e foram tratadas como terapias contextuais, que primavam pelas relações estabelecidas pelo indivíduo com o seu contexto (RAFIHI-FERREIRA *et al.* 2016).

Com isso, a FAP foi demarcada como uma terapia de experiência do aqui-agora, que não supervalorizava entendimentos racionais, com foco de observação de comportamentos clinicamente relevantes na sessão, e com mudança comportamental mediada pela relação terapêutica (SOUZA; VANDENBERGHE, 2007). Certamente por esses pressupostos da relação, a FAP direcionada a treinamento de novos terapeutas comportamentais, se configurou em modalidade mais usada, o que se destacou na literatura pesquisada e demonstrada no Quadro 2.

Importante salientar isso, porque terapias desse tipo possibilitaram que os mesmos conceitos da análise funcional dos comportamentos e eventos do cliente, também pudessem ser adotados para analisar e intervir nos comportamentos do terapeuta em formação (SOUZA; VANDENBERGHE, 2007). Particularidade essa que interessa nesse estudo, pois permitiu compreender quais norteamentos inerentes ao treinamento do terapeuta analítico-comportamental iniciante.

O direcionamento da Psicoterapia Analítico Funcional - FAP, estaria em evocar e consequenciar comportamentos clinicamente relevantes do cliente, chamados de CRBs. Que seriam os eventos e comportamentos que o cliente emite no setting terapêutico, e que representariam comportamentos problemáticos e não adaptativos, chamados de CRBs1. Os comportamentos de ganhos ou melhoras, seriam os CRBs2. E, quando o próprio cliente conseguir identificar seus problemas e melhoras, assim como, generalizar as mudanças

comportamentais ao seu ambiente natural se diz que ele emitiu CRBs3 (ALMEIDA; RUNNACLES; SILVEIRA, 2016).

Por conseguinte, o supervisor na tentativa de promover aprendizagens e modelação da atuação do terapeuta supervisionado, se usará das mesmas características da relação do terapeuta com seu cliente. Por conta disso, a supervisão pela FAP – Psicoterapia Analítico Funcional, se faz em um contato interpessoal intenso entre supervisor e terapeuta em formação (KOHLENBERG; TSAI, 2006).

Em virtude disto, a supervisão na perspectiva da FAP preconizou que se deveria trabalhar as características individuais do terapeuta em supervisão, ultrapassando os procedimentos técnicos envolvidos. Posto que, seria ideal que o supervisionado generalizasse para seu atendimento, as respostas modeladas entre sessões e supervisões realizadas. Por isso, caberia ao supervisor a evocação dessas respostas, como também ser contingência de modificação comportamental para o terapeuta supervisionado (LEPIENSKI; SILVEIRA, 2017).

5.1.1 Comportamentos clinicamente relevantes do terapeuta

Wielenska e Oshiro (2012 *apud* LEPIENSKI; SILVEIRA, 2017) asseveraram que, a supervisão igualmente em ambiente de relação interpessoal como a terapia, tem o poder de evocar comportamentos desadaptados do terapeuta supervisionando e que acontecem na relação dele com o cliente, estes que na literatura foram tratados como emissão de T1s. Já, os comportamentos adequados do terapeuta modelados em supervisão, e que ocorrerão no atendimento dele, são chamados de T2s. Em função disto, a FAP- Psicoterapia Analítico Funcional indicou que o terapeuta quando emitir comportamentos desejáveis, seu supervisor realize evocação e consequenciação destes, que também serão tidos como Comportamentos Relevantes, só que do terapeuta no processo supervisionado.

Na prática da supervisão, o supervisor vai escutar os relatos de casos do terapeuta, com os comportamentos emitidos e os relatados em sessão pelo cliente, e disso vai analisar funcionalmente as atitudes, os comportamentos e as intervenções do terapeuta, para daí dispor suas orientações e análises. Nesse processo, o terapeuta aluno responderá a dois contextos contingenciais, um dos relatos dos casos em sessão, e o outro da própria supervisão que está ocorrendo (BARRETO; BARLETTA, 2010).

Além do mais, ele (o terapeuta em formação e em supervisão) realizará análise funcional de suas próprias dificuldades comportamentais como terapeuta, os seus T1s. Assim como, vai

tatear seus comportamentos-alvo e desejados em ser um terapeuta competente, os seus T2s. Fatores estes, que pela supervisão da FAP objetivará o desenvolvimento psicológico flexível, no qual possibilitará ao terapeuta iniciante, compreender e analisar funcionalmente a influência de seus comportamentos sobre o seu cliente. Com isso, ele pode aprimorar suas percepções, evocações, bem como, discriminar e reforçar os comportamentos clinicamente relevantes e desejáveis do cliente, sendo fidedigno e com autenticidade (TSAI *et al.*, 2009 apud FONSECA, 2016).

5.2 TREINAMENTO DAS HABILIDADES SOCIAIS DO TERAPEUTA EM SUPERVISÃO

Harnett e Dadds (2004 *apud* BOLSONI-SILVA; MATSUNAKA, 2017), defenderam que o supervisor direcione-se a aprimorar e treinar as habilidades sociais de seus supervisionados. O que coloca o espaço de estágio terapêutico supervisionado, como estratégico e facilitador para aprendizagens de habilidades sociais e profissionais, com aprimoramento de repertórios comportamentais generalizados e emitidos nos atendimentos em sessão. Esse espaço nas graduações de Psicologia, tendem em sua maioria a realizar supervisões em grupo com estudantes.

Doravante, o papel do supervisor em Terapia Analítico-Comportamental estaria em realizar treinamentos com os alunos terapeutas, intermediando a sua aquisição de habilidades requeridas para serem terapeutas analítico-comportamentais competentes. Inerente a isso, Barreto e Barleta (2010) comentaram que há variedade de possibilidades em executar esse ensino e treinamento, e que a mais usada tem sido a de relatos verbais dos terapeutas em formação.

Uma crítica relevante a prática de supervisão terapêutica restrita a relato verbal, tecida também no texto de Barreto e Barleta (2010), seria que este método carregaria limitações e que levantaria até questionamentos da fidedignidade do relato do terapeuta supervisionado. O que, levaria o próprio aluno a uma autodiscriminação mais tardia e lenta. Isso poderia vir a ser contraproducente ao aprimoramento de suas habilidades sociais, necessárias na sua prática.

Outro perigo que incorreria da supervisão nos moldes únicos de relatos do aluno, estaria em promover modelação inadequada e discriminações errôneas. Com isso, seria indicado para além do relato verbal, outras formas de treino e de ensino, dentre estas se destacaram o uso de vídeos, discussões teóricas, demonstrações e ensaios comportamentais, montagem de seminários pelos alunos, e ainda observações e análises de outros casos não atendidos pelo aluno (BARRETO; BARLETA, 2010).

Dentro do processo de supervisão, se pode utilizar-se de inúmeras técnicas de treinamento de habilidades terapêuticas, sendo estas corroboradas aos mesmos recursos que o Treinamento de Habilidades Sociais – THS se utilizam. Como a técnica de *role-playing*, que é o jogo de papéis, onde os participantes diante de uma situação-problema, irão assumir outros papéis, envolvendo tomada de decisão e previsão de comportamentos adaptados (NESTEL; TIERNEY, 2007 *apud* FRANCISCHETTI *et al.* 2011).

E ainda, se pode usar a modelação ao vivo a partir dos relatos do supervisionando, e mais a emissão de *feedback*, com valorização e reforçamento dos comportamentos aproximados das habilidades almeçadas (BITONDI; SETEM, 2007; BOLSONI-SILVA; MATSUNAKA, 2017). O que mais uma vez, entra em compatibilidade aos recursos utilizados no treino de habilidades sociais, sistematizado por Del Prette e Del Prette (2001).

Acrescentando a isso, o supervisor ao ouvir os relatos de caso do aluno emitirá falas que estimulem a participação dos outros supervisionados do grupo. Isso, pode promover o treinamento das habilidades sociais de comunicação do tipo falar em público, elogiar e lidar com críticas. Como ainda, oferta contingências modeladoras dos comportamentos requeridos do terapeuta em formação e em supervisão (BOLSONI-SILVA; MATSUNAKA, 2017).

No mais, no treino de habilidades terapêuticas da Psicoterapia Analítico Funcional – FAP, se busca um campo experiencial, com enfoque nas habilidades do terapeuta, que englobam sua capacidade de desenvolver relacionamento íntimo, de se colocar vulnerável e de se expor as contingências. Ou seja, o aluno terapeuta discrimina seus comportamentos problemáticos (os seus T1s) e seus comportamentos melhorados e modificados (seus T2s) na sua prática. Disso, seu supervisor reconhecerá essas discriminações e disponibilizará formas de modelar os comportamentos desejados do terapeuta. Bem como, incentivará que ele emita estes com o cliente no *setting* terapêutico (KOHLENBERG; TSAI, 1991 *apud* FONSECA, 2016).

Conquanto, Vandenberghe (2014, p.478-479) defendeu que “[...] a melhor abordagem não é mais de oferecer instruções, mas de explorar, junto com o supervisionado como este atua na sessão e por que atua assim”. Com isso, se entendeu que cabe ao supervisor ir diminuindo a quantidade de mandos, regras e instruções de respostas dadas e prontas. Visto que, quando o supervisionado consegue formular a instrução adequada ao caso, o supervisor mediu sua autonomia. Então, seria ideal ao supervisor contribuir no desenvolvimento de desejáveis e “boas” regras pelo supervisionado, fazendo isso por questionamentos do tipo: “O que você pode fazer para abordar tal problema?”, e disto fazer a seleção e reforçamento das respostas assertivas que o supervisionado emitir.

A supervisão assim atingirá seu propósito, quando alcançar níveis de treinamento eficiente de habilidades sociais e terapêuticas do terapeuta em formação, bem como, quando este último se tornar cada vez mais assertivo, estando atento aos seus eventos internos de sentimentos e emoções, ao identificar nestes quais contingências estão sinalizando, para assim poder analisar funcionalmente o que ocorre dentro da sessão com seu cliente (VANDENBERGHE, 2014).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na compreensão do Estado da Questão sobre os impactos da supervisão nas habilidades sociais do terapeuta aprendiz, demarcou-se um entrelaçamento de comportamentos requeridos de ambos os envolvidos, como as necessidades de habilidades adquiridas e potenciais na relação terapeuta-cliente. Visto que, conforme delineado nessa pesquisa, o ser humano se comporta a partir dos contextos sociais disponibilizados. E, estes últimos partiram e imbuíram-se de aquisições comportamentais que passaram por modelação, observação, mandos, tatos, regras, autorregras, e habilidades sociais aprendidas ao longo da história de vida de cada um.

Estas habilidades então, atravessarão essa relação de supervisão e terapeuta aluno. O que, colocou o contexto da supervisão em um espaço propício ao aprimoramento dessas habilidades sociais. No que, o terapeuta em formação, trará consigo suas habilidades já condicionadas e aprendidas nos seus repertórios comportamentais, e que serão agregadas, modeladas adequadamente a outras novas e necessárias à sua atuação ética, humana e profissional no seu ofertar de psicoterapia ao seu cliente.

Com isso, os objetivos dessa pesquisa em apontar quais eram as habilidades sociais requeridas do terapeuta analítico-comportamental, bem como quais influências tinha a supervisão sobre elas, balizou um Estado da Questão apontando para habilidades sociais do terapeuta e as necessárias habilidades como terapeuta, que foram do tipo: civilidade e comunicação, assertividade, empatia e autenticidade.

E, ainda mais: aceitação, expressão de sentimentos, ser íntimo e afetivo. Analisar funcionalmente os comportamentos relevantes do cliente, como também os seus em supervisão. Alcançar autoconhecimento e promover o autoconhecimento do cliente, lidar com fugas e esquivas na relação terapêutica, como também, planejar, executar, avaliar e aperfeiçoar suas análises e intervenções.

Como fator analítico e estado relevante, se observou que a supervisão analítico-comportamental deveria proporcionar ao terapeuta aluno, aquilo que ele tentará ofertar ao seu

cliente em sessão. Posto que, são pressupostos e premissas análogas ao que se pretende alcançar: a mudança comportamental do cliente atendido, e a mudança comportamental em aquisição de habilidades terapêuticas do terapeuta em supervisão. O que levou a identificação de uma lacuna em práticas aplicadas e consolidadas de treinamento de habilidades sociais de terapeutas analíticos-comportamentais. Ainda que, algumas pesquisas mostraram a busca de desenvolver repertórios desejáveis do terapeuta em formação.

Outro espaço a explorar, seria o das práticas clínicas dentro da Análise do Comportamento em delineamentos teóricos e de treinamentos sistematizados ou assistemáticos, que objetivem diretamente em treinar habilidades sociais do terapeuta, para que este munido de autoconhecimento, possa treinar e abrir espaço autônomo para seu cliente desenvolver as suas habilidades sociais deficitárias. Estas que por vezes, se colocam como preditoras de sofrimentos na vida cotidiana desse cliente em terapia. Esta pesquisa, encontrou estudos apenas dentro da FAP – Psicoterapia Analítico Funcional com direcionamentos para isso. O que aqui também, pondera-se não se colocar como regra ou delineamento único, cabendo mais pesquisas aprofundadas nesse assunto.

No mais e à guisa de conclusão, compreendeu-se que a mola propulsora para um processo terapêutico satisfatório e a partir da clínica analítico-comportamental, passará certamente pela tríplice relação de cliente/terapeuta/supervisão. Separar, minorar ou supervalorizar uma destas partes da psicoterapia, principalmente a realizada por terapeutas iniciantes, incorreria em inabilidades e procedimentos deficitários. Ou seja, trabalhar habilidades que podem ser vistas como desencadeadoras de sofrimentos em qualquer pessoa em terapia, necessitaria trabalhar as habilidades de todos os envolvidos nesse processo, para por intermédio disso propiciar-se a aprendizagem adequada e desejável.

REFERÊNCIAS

ABREU-MOTA, H. O.; DE-FARIAS, A. K. C. R.; COELHO, C. Habilidades Terapêuticas: É Possível Treiná-las? In: DE-FARIAS e colaboradores. (Org.). **Análise comportamental clínica**: aspectos teóricos e estudos de caso. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 49-65.

ALMEIDA, M. S. de.; RUNNACLES, A. de. L. e S.; SILVEIRA, J. M. da. Treino de comportamentos de intimidade para terapeutas em processo de formação em Psicoterapia Analítica Funcional. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 07, n.02, pp.212-228, 2016. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-35482016000200005> Acesso em: 25 out. 2020.

ALVES, N. N. F.; ISIDRO-MARINHO, Relação Terapêutica Sob a Perspectiva Analítico-Comportamental. In: DE-FARIAS e colaboradores. (Org.). **Análise comportamental clínica: aspectos teóricos e estudos de caso.** Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 66-94.

BARRETO, M. C.; BARLETTA, J. B. A supervisão de estágio em psicologia clínica sob as óticas do supervisor e do supervisionando. **Cadernos de Graduação Ciências Biológicas e da Saúde**, UNIT, Sergipe, v. 12, n.12, 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/30475743-A-supervisao-de-estagio-em-psicologia-clinica-sob-as-oticas-do-supervisor-e-do-supervisionando.html>> Acesso em: 12 setem. 2020.

BAUM, W. M. **Compreender o Behaviorismo: Comportamento, cultura e evolução.** trad. SILVA, M. T. A.; MATOS, M. A.; TOMANARI, G. Y. Porto Alegre: Artmed. (Obra original publicada em 1994). 2006.

BITONDI, F. R.; SETEM, J. A Importância das Habilidades Terapêuticas e da Supervisão Clínica: uma Revisão de Conceitos. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 11, n.1, 203-212. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.25061/25272675/ReBraM/2007.v11i1.241>> Acesso em: 22 set. 2020.

BOLSONI-SILVA, A. T. Habilidades sociais: breve análise da teoria e da prática à luz da análise do comportamento. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v.6, n.2, 2002. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3311>> Acesso em: 8 out. 2020.

BOLSONI-SILVA, A. T.; CARRARA, K. Habilidades sociais e análise do comportamento: compatibilidades e dissensões conceitual-metodológicas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 330-350, ago. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682010000200007> Acesso em: 30 setem. 2020

BOLSONI-SILVA, A. T.; MATSUNAKA, M. P. S. O papel da supervisão em terapia comportamental quanto à promoção de habilidades sociais em estagiários de psicologia. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Uberlândia-MG, v.10, n.2, jul-dez, 2017. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v10n2/06.pdf>> Acesso em: 05 out. 2020.

CABALLO, V. E. **Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais.** 1ª ed. [Handbook of social skills evaluation and training]. São Paulo: Santos Livraria Editora, 2003.

CALHEIROS, T. da C.; AQUINO, A. de C. Relato de experiência sobre atendimento psicológico em caso de “ciúme”: considerações analítico comportamentais. **Revista Terra e Cultura: cadernos de ensino e pesquisa.** Centro Universitário Filadélfia. Londrina-PR, v.1, n. 1, jun-dez. (1985-). v. 31, n. 60, jan-jun. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unifil.br/index.php/Revistateste/article/view/135>> Acesso em: 10 set. 2020.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. Habilidades sociais: Uma área em desenvolvimento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.9, n.1. p. 287-289, 1996. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=4281203&pid=S1413-389X199800030000500018&lng=pt>. Acesso em: 08 set. 2020.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais: terapia e educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

DEL PRETTE, A. **Psicologia das Relações Interpessoais: Vivências para o trabalho em grupo**. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

DEL PRETTE, Z.; DEL PRETTE, A. **Habilidades Sociais, Desenvolvimento e Aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção**. Campinas: Editora Alínea, 2003.

FIGUEREDO, P. da M. V.; DUARTE, M. S. da S.; DOS SANTOS, R. B. Professor, psicólogo e supervisor: motivação, influências e contribuições na dinâmica entre as três áreas de atuação. **Revista Presença**, v. 2, n. 6, p. 36-54, jan. 2017. Disponível em: <<https://revistapresenca.celsolisboa.edu.br/index.php/numerohum/article/view/83>>. Acesso em: 15 set. 2020.

FONSECA, N. M. da. **Efeitos de workshop de psicoterapia analítica funcional sobre habilidades terapêuticas**. (Dissertação Mestrado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-26092016-112306/pt-br.php>>. Acesso em: 15 set. 2020.

FONSECA, F. N.; NERY, L. B. Formulação comportamental ou diagnóstico comportamental: um passo a passo. In. DE-FARIAS e colaboradores. (Org). **Teoria e formulação de casos em análise comportamental clínica**. Porto Alegre: Artmed, 2018. p. 55-97.

FRANCISCHETTI, I. *et al.* Role-playing: estratégia inovadora na capacitação docente para o processo tutorial. **Interface Comunicação Saúde Educação**, São Paulo, v.15, n.39, p.1207-18, out./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832011000400019&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 out. 2020.

GOULART JUNIOR, *et al.* Habilidades sociais profissionais: produção científica nacional e relevância do tema para a saúde dos trabalhadores. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v.10, n.2, p. 41-50. 2019. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/39967>>. Acesso em: 22 out. 2020.

KOHLBERG, R. J.; TSAI, M. **Psicoterapia analítica funcional: Criando relações terapêuticas intensas e curativas**. Trad.R. R. Kerbauy. Santo André: ESETEC, 2006.

LEPIENSKI, A. F.; SILVEIRA, J. M. da. Relações entre uma supervisão em Psicoterapia Analítica Funcional e as respostas de uma terapeuta e sua cliente em sessão. **Acta Comportamental**. v. 25, n. 3 pp. 347-363. 2017. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/record/2017-48224-004>>. Acesso em: 20 out. 2020.

LEVATTI, G. E. **Intervenção analítico-comportamental com mulheres com ansiedade e depressão**: efeitos da intervenção e análise da interação terapêutica (Dissertação Mestrado). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2017. Disponível em: <<https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/447>> Acesso em: 30 set. 2020.

MAGALHÃES, P. P.; MURTA, S. G. Treinamento de habilidades sociais em estudantes de Psicologia: um estudo pré-experimental. **Temas em Psicologia da SBP**, Brasília, vol. 11, n.1, 28–37. 2003. Disponível em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Af6LZSmOosIJ:pepsic.bvsalud.org/scielo.php%3Fscript%3Dsci_arttext%26pid%3DS1413389X2003000100004+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 16 set. 2020.

MEDEIROS, C. A. de.; MEDEIROS, N. N. F. A. de. Psicoterapia Comportamental Pragmática. In. PESSOA, C. V. B. B. *et al.* (Orgs). **Comportamento em foco 1**. São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental. ABPMC, 2011.

MEDEIROS, C. A. de. Questionamento reflexivo: como intervir de forma eficaz sem emitir regras. **Comporte-se: Psicologia e Análise do Comportamento**. Brasília, 2014. Disponível em:

<<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/8872/1/Questionamento%20reflexivo%20um%20modo%20de%20intervir%20sem%20emitir%20regras%20para%20o%20cliente.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

MEDEIROS, C. A. de. XXIX ENCONTRO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA E MEDICINA COMPORTAMENTAL. Propostas brasileiras para a terapia fundamentada nos pressupostos filosóficos, conceituais e metodológicos da análise do comportamento: a) terapia por contingências de reforçamento; b) terapia molar e de autoconhecimento e; c) psicoterapia comportamental pragmática. 2-6 setem. Brasília: ABPMC, 2020. Disponível em: <<https://abpmcencontro.com.br/evento/abpmc2020/trabalhosaprovados/naintegra/808>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MEDEIROS, C. A. de. Treino de Habilidades Sociais Assistemático: Um olhar da PCP. **Pragmática Psicoterapia e Cursos**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/mobile/folders/13_OQvBHT1MNbl-hY_AdZ7xZ-KH2nTsIZ> Acesso em: 21 ago. 2020.

MEYER, S. B., DEL PRETTE, G., ZAMIGNANI, D. R., BANACO, R. A., NENO, S. & TOURINHO, E. Z. Análise do comportamento e terapia analítico-comportamental. In: E. Z. TOURINHO & S. V. LUNA (Orgs.). **Análise do comportamento: Investigações históricas, conceituais e aplicadas**, São Paulo: Roca, 2010. p. 153-174.

MOSKORZ, L.; KUBO, O. M. Resenha: Desenvolvimento de um sistema multidimensional para a categorização de comportamentos na interação terapêutica: tese de doutorado de Denis Zamignani, 2007. **Rev. bras. ter. comport. cogn.** São Paulo, vol.14, n.2, ago. 2012. Disponível em: < <http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/508>> Acesso em: 22 set. 2020.

NERY, L. B., FONSECA, F. N. Análises funcionais moleculares e molares: um passo a passo. In. DE-FARIAS e colaboradores. (Org). **Teoria e formulação de casos em análise comportamental clínica**, Porto Alegre: Artmed, 2018. p. 22-54.

NÓBREGA-TERRIEN, S.; TERRIEN, J. Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, v.15, n.30, jul.- dez. 2004. Disponível em:<<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1203/1203.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2020.

PASSOS, M. de L. R. da. F. A análise funcional do comportamento verbal em Verbal Behavior (1957) de B. F. Skinner. **Rev. bras. ter. comport. cogn.** São Paulo, v.5, n.2, dez. 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452003000200009> Acesso em: 25 set. 2020.

PORTELLA, M. **Estratégias de treinamento em habilidades sociais.** Rio de Janeiro, RJ: CEPAP, 2011.

QUINTA, N. C. de. C. Reflexões sobre o estabelecimento de objetivos terapêuticos na clínica analítico-comportamental. In. DE-FARIAS e colaboradores (Org). **Teoria e formulação de casos em análise comportamental clínica.** Porto Alegre: Artmed, 2018. p. 98-124.

RAFIHI-FERREIRA, R. et al. Clínica Analítico-Comportamental no Brasil: Histórico, Treinamento e Supervisão. **Perspectivas em análise do comportamento**, v. 7, n. 2, p. 183-196, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2177-35482016000200003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 out. 2020.

RODRIGUES, B.; DE LUCA, G. Ensino de terapia analítico comportamental: uma revisão sistemática da literatura. **RBTC**, v.21, n.4, 2019. p. 503-523. Disponível em: <<http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTC/article/view/1342>> Acesso em: 29 set. 2020.

SANTOS, S. P. dos. **Construção da Relação Terapêutica no Contexto da Análise Comportamental Clínica.** (Monografia). IBAC Instituto Brasiliense de Análise do Comportamento, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://ibac.com.br/wp-content/uploads/2018/02/Silvana-Pereira-dos-Santos-Monografia-FACC.pdf>> Acesso em: 28 set. 2020.

SARTORI, R. M. O papel da supervisão na formação de terapeutas comportamentais: estudo de caso. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 5, n. 1, jun. 2014. p.96-108. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v5n1/a07.pdf>> Acesso em: 20 set. 2020.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano.** trad. J. C. Todorov & R. Azzi. São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1953). 2003.

SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo.** trad. M. da P. Villalobos, São Paulo: Cultrix. 2000.

SOUZA, D. das. G. Capítulo 10: O que é contingência? In. BANACO, R. A. (Org.). **Sobre Comportamento e Cognição:** aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista. Santo André, SP: ESETEC Editores Associados, 2001.

SOUZA, L. I. C.; PITANGA, A. V. Transformação Pessoal da Terapeuta a Partir de Supervisões de Atendimentos Clínicos na Abordagem Comportamental. **Unievangélica**, Anápolis, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/1149/1/transforma%20c3%87%20c3%83o%20pessoal%20da%20terapeuta%20a%20partir%20de%20supervis%20c3%95es%20de%20atendimentos.pdf>> Acesso em: 28 set. 2020.

SOUZA, A. C. A.; VANDENBERGHE, L. Possibilidades da FAP como método de supervisão de terapeutas com clientes Boderlines. **Rev. Bras. de Ter. Comp. Cogn.** São Paulo, v.IX, n.01, p.1-11, 2007. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452007000100002>
Acesso em: 21 out. 2020.

VANDENBERGHE, L. Supervisão para terapia comportamental. *In.* HAYDU *et al.* (Orgs). **Psicologia e análise do comportamento: conceituações e aplicações a educação, organizações, saúde e clínica.** Londrina: UEL, 2014.